

***(DES) PROTEÇÃO SOCIAL?**

Análise sobre a Política de Assistência Social para a população LGBT no município de Volta Redonda-RJ

Geraldo Magela Brandão Lopes Filho¹

Elizabeth Machado do Nascimento²

Resumo

Este estudo tem como principal objetivo traçar uma análise qualitativa sobre o acesso da população composta por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-LGBT à Política de Assistência Social no município de Volta Redonda, visto que historicamente o público LGBT é excluído das políticas públicas. Vale ressaltar que no município, esse segmento passível de inúmeras violações de direitos, não acessa os serviços da Política de Assistência Social bem como as suas demandas não são atendidas. A pesquisa justifica-se pela vivência no campo de estágio, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social; cuja metodologia utilizada baseou-se além da pesquisa bibliográfica, na aplicação de questionários e entrevistas com profissionais do CRAS e CREAS.

Palavras-chave: Assistência Social. LGBT. Política Social.

SOCIAL *(DE) PROTECTION?

Analysis of the Social Assistance Policy for the LGBT population in the city of Volta Redonda-RJ

Abstract

This study has as main objective to draw a qualitative analysis on the access of the population composed by Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual-LGBT to the Social Assistance Policy in the municipality of Volta Redonda, since historically the LGBT public is excluded from public policies. It is worth noting that in the municipality, this segment that is subject to numerous rights violations, does not access the services of the Social Assistance Policy and their demands are not met. The research is justified by the experience in the field of internship, in the Specialized Reference Center for Social Assistance; Whose methodology was based on bibliographical research, the application of questionnaires and interviews with professionals of CRAS and CREAS.

Keyboards: Social Assistance. LGBT. Policy Social.

¹Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase.

²Mestre em História Social (USS). Docente do Curso de Serviço Social do UGB.

Introdução

Estudar questões relacionadas ao público constituído por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) é de extrema relevância para entender como estes indivíduos passíveis de inúmeras violações de direitos e expostos a diversas expressões da questão social se organizam e como a sociedade em sua totalidade tem aceitado pessoas que historicamente foram consideradas fora dos padrões do modelo tradicional patriarcal heteronormativo.

O interesse pela temática surgiu a partir da inserção no campo de estágio supervisionado em serviço social no lócus do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é um serviço constituinte da rede de equipamentos operacionalizadores da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no município de Volta Redonda, através da administração e gestão da Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social constitui-se como um equipamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo um serviço especializado de proteção social especial de média complexidade de acordo com a Política Nacional de Assistência Social. Possui como público alvo passível de intervenções famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos foram violados e os vínculos familiares e comunitários estejam fragilizados ou rompidos. Sendo assim, foi possível através da observação do cotidiano de trabalho em tal serviço o precário acesso da população LGBT, beirando a nulidade; o que deu origem a questionamentos sobre a abrangência da Política de Assistência Social para determinados grupos marginalizados, pois é possível verificar que em tal política há a centralidade no atendimento a determinados segmentos em detrimento de outros.

A aproximação informal com integrantes do movimento LGBT no município proporcionou uma visão mais clara das reivindicações e cobranças de acesso às políticas públicas no âmbito municipal. O ingresso no curso de Serviço Social proporcionou também questionamentos internos sobre a formação de novos profissionais. A discussão acerca de gênero e diversidade sexual dentro da academia não foi suficiente diante das indagações que surgiram. Desta feita, fez-se necessário a partir de tais questionamentos a aproximação com a temática por iniciativa própria.

Pretende-se com este trabalho ampliar a discussão sobre o tema, visto que tal debate foi fomentado nas disciplinas de Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos.

Este estudo tem como objetivo traçar uma análise qualitativa com base no referencial teórico histórico dialético, sobre o acesso à política de Assistência Social pelo público LGBT no município de Volta Redonda, tendo como base as diretrizes e ações propostas pelo Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, fazendo relação com a Política Nacional de Assistência Social.

O levantamento bibliográfico caracterizou a primeira fase deste estudo, fazendo-se necessário a revisão de publicações de autores que discutem o tema abordado em livros, revistas, artigos, cartilhas e publicações da internet, a fim de subsidiar a discussão e reflexão sobre o assunto. Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas aplicação de questionários semiestruturados associados a entrevistas gravadas e transcritas e posterior análise dos dados.

O trabalho está dividido em quatro seções além da introdução, a saber: a segunda apresenta o percurso histórico sobre o Movimento Homossexual Brasileiro e as transformações ocorridas no próprio movimento ao longo do tempo; a terceira seção discorre sobre a construção da Política Nacional de Assistência Social e esta como política para LGBT; a quarta seção apresenta o percurso investigativo, com a transcrição das entrevistas e posterior análise dos dados relacionando todas as fontes pesquisadas; como quinta seção as apreciações finais.

Do Movimento Homossexual Brasileiro ao Movimento (MBH) de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT): Breve Histórico

O segmento social constituído de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, historicamente é excluído das ações do Estado na forma de políticas públicas. Sabe-se que inúmeras conquistas de direitos para esse público ocorreram a partir do movimento LGBT no contexto brasileiro. Para Frank e Fuentes (1989) geralmente “os movimentos sociais nascem a partir de um sentimento de moralidade e (in) justiça e num poder social baseado na mobilização social contra as privações (exclusões), pela sobrevivência e identidade”.

O movimento LGBT no Brasil emergiu em meados dos anos 1970 e era composto em grande parte por homens. Sua gênese está ligada ao movimento feminista que ganhava força neste mesmo período. Porém, por características da própria época as mulheres lésicas não tinham muita visibilidade dentro do movimento, apesar de sua grande importância na mobilização.

É importante pontuar que o movimento LGBT ganha força no bojo da ditadura militar brasileira, período onde os direitos civis e políticos foram subtraídos da população e qualquer forma de mobilização social, livre expressão e reivindicação eram alvos de forte coerção, censura e controle pelo regime vigente.

Registra-se que os primeiros grandes grupos de mobilização pelos direitos LGBT's iniciaram nos estados do Rio de Janeiro, com o jornal "*Lampião da Esquina*" - 1978, em São Paulo, com o "*Grupo Somos*" – 1979 e Bahia, com o "*Grupo Gay da Bahia*" – 1980, que foi e ainda é um dos mais atuantes na região nordeste do país.

O Jornal *Lampião da Esquina* foi segundo a grande maioria dos pesquisadores o precursor do movimento no Brasil, sendo o primeiro meio de comunicação a discutir a temática homossexual abertamente. Suas publicações repercutiram em outros estados do país, subsidiando o processo de mobilização.

Segundo Cassimiro (2010):

O periódico também contribuiu para que essas transformações culturais e a quebra de tabus pudessem se alastrar, mesmo que timidamente, pelo interior do país, fugindo do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, abrindo a discussão sobre os padrões morais vigentes. Era expressivo o ideário nacionalista divulgado pelo jornal e que os militantes da época carregavam consigo, ideias notórias em todo segmento organizado e de esquerda, no Brasil na época. (p. 21-22)

O *Grupo Somos – Grupo de Afirmação Homossexual* - surgiu a partir incomodo gerado pela vida marginalizada que as pessoas homossexuais levavam, sempre destinadas aos guetos da cidade de São Paulo, seu objetivo era levar a tona a discussão sobre a temática, proporcionando debates em espaços públicos e acadêmicos, com o fito de dar visibilidade. Resultando em 1980 no primeiro encontro nacional de homossexuais na cidade de São Paulo o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) que foi fechado para grupos homossexuais e seus convidados, e o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais.

O *Grupo Gay da Bahia*, um dos mais influentes e atuantes até os dias atuais, surgiu em Salvador com através da inquietação frentes as formas de violência às pessoas homossexuais, sua atuação foi de extrema importância frente à retirada da homossexualidade do registro de patologias do Instituto Nacional de Medicina e Previdência Social (INAMPS) e na luta contra o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Com o início da abertura política rumo à redemocratização a partir de meados dos 1980, o movimento LGBT, até então ainda denominado no Brasil como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), ganhou maior visibilidade e representatividade no contexto político brasileiro.

A década de 1980 se constituiu como o período mais controverso da história do movimento LGBT brasileiro. A grande repercussão da epidemia do vírus HIV trouxe à tona a discussão sobre homossexualidade no país; porém com uma conotação marginalizada e de perversão. Logo a doença foi vinculada aos indivíduos homossexuais e foi neste interregno que por meio do ativismo buscou-se a mobilização para cobrar do Estado respostas frente aquela situação epidemiológica e desconstruir a imagem pejorativa vinculada a este público. Foi no ano de 1985 que a homossexualidade é retirada do rol de patologias do código de doenças do INAMPS, pelo Conselho Federal de Medicina.

A visibilidade e preocupação com as pessoas transexuais e travestis tomam força nos anos 1990, diante da forte onda de violência a este segmento da população. É quando ocorrem os primeiros encontros para discussão acerca das pessoas transgênero. Dessa forma, com intuito de fortalecer a visibilidade as travestis, e as lésbicas são incorporadas na sigla representativa do movimento, apesar de estarem inseridos na luta desde sua gênese. Em 1995 é fundada *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis* (ABGLT) em Curitiba, a maior entidade em defesa dos direitos LGBT da América Latina, ainda em pleno funcionamento, para lutar pela viabilização da livre orientação sexual, pela liberdade, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros.

No ano 2000, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), é obrigado pela justiça federal a conceder, em todo o país, pensão por morte e auxílio-reclusão ao companheiro homossexual. Em 2004 são aprovadas as primeiras uniões estáveis em cartórios de alguns estados brasileiros, e é lançado pelo governo federal o programa

“*Brasil Sem Homofobia*”, que constituiu um dos maiores avanços no que tange a atenção à população LGBT, com o objetivo de combater a violência física, psicossocial, preconceito, discriminação e violação dos direitos humanos.

Os servidores públicos federais travestis ou transexuais no ano de 2010 conquistam pela primeira vez o direito de usar o nome social em seu ambiente de trabalho, de acordo com sua identidade sexual, porém ainda não reconhecido em outras instâncias públicas. A luta do movimento LGBT brasileiro conquistou em 2011, o reconhecimento de uniões estáveis em todo o Brasil, e em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprova uma resolução que obriga os cartórios de todo o País a converterem uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis, que a partir de então passa a ser reconhecida pelo Estado.

Dentre as inúmeras exigências do movimento LGBT por conta do Estado, as principais são políticas públicas efetivas que deem respostas e acolham as demandas deste público. Atualmente no Brasil não existe uma grande política focalizada, exclusiva e concreta de atendimento especializado a este segmento, porém possuímos três grandes políticas sociais que poderiam atender às demandas destes indivíduos. Segundo o que preconiza a Carta Magna de 1988 em seu artigo 194 “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social”.

Gênero, Identidade Sexual, Sexualidade e Orientação Sexual

Discutir relações de gênero, sexualidade, orientação sexual e identidade sexual, torna-se cada vez mais necessário para a quebra de paradigmas estabelecidos e baseados por uma moral de gênese religiosa. Desde os tempos remotos a figura masculina esteve à frente da sociedade em detrimento da feminina, constituindo e legitimando uma sociedade culturalmente machista e heteronormativa.

Discorrer sobre gênero é perpassar por padrões culturais estabelecidos para a dicotomia: masculino x feminino. A discussão sobre gênero reflete nos papéis sociais desenvolvidos pelos sexos, historicamente construído, reafirmados e reproduzidos

socialmente, o que nos faz lembrar a relação intrínseca entre gênero e sexo, sendo quase um sinônimo do outro.

A conceituação de gênero nada se refere a padrões biológicos, sua primazia está relacionada a normas, valores e comportamentos sociais na vida cotidiana de uma sociedade, refletindo na dinamicidade relacional de grupos e indivíduos. Já falar sobre sexo é falar sobre conceitos biológicos, é reportar-se à Homem x Mulher, anatomia e morfologia, sem análise, tratamento crítico e reflexivo acerca das relações construídas sócio historicamente, pensando apenas num determinismo natural sem influência do externo.

De acordo com estes conceitos, temos a questão da identidade de gênero que se refere a como os sujeitos se reconhecem mediante aos gêneros, está baseada na perspectiva de pertencimento ao feminino e ao masculino, independente do sexo biológico, apresenta-se de duas formas: os cisgêneros e transgêneros. Os indivíduos cisgêneros se reconhecem com aquele gênero ao qual ele foi enquadrado de acordo com seu sexo, já os indivíduos transgêneros se reconhecem com o gênero oposto a aquele que é correspondente ao de sexo biológico, se enquadram nesta conceituação as pessoas travestis e transexuais.

Quando nos propomos a estudar sexualidade, estamos nos colocando numa discussão sobre relações afetuosas entre indivíduos racionais, mais especificamente estamos discorrendo sobre formas de se relacionar sexualmente. Segundo Foucault,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, incitação ao discurso, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1999, p. 100)

Sendo assim, a sexualidade foi tratada ao longo do tempo em caráter privado, não ultrapassado as paredes do espaço do lar, tratada também apenas com fins de reprodução da espécie humana, pensamento este que advém da moral religiosa pautada nos preceitos conservadores principalmente do cristianismo.

Quando se fala de sexualidade também abarcamos a questão da orientação afetivo-sexual, que nada mais é a maneira na qual nos relacionamos sexualmente e afetivamente com nossos parceiros, apresentadas de três formas mais usuais: a

heterossexualidade, homossexualidade e a bissexualidade. A sexualidade humana desde a formação das primeiras sociedades se demonstrou/caracterizou de inúmeras formas, sendo uma prática diversificada e complexa de acordo com cada cultura, não estando apenas pautada na relação homem e mulher.

A heterossexualidade se caracteriza pelo relacionamento dos indivíduos com o sexo oposto ao seu, sendo este o padrão de normalidade estabelecido e aceito moralmente desde os primórdios da humanidade. A homossexualidade se caracteriza pelo interesse e relacionamento dos sujeitos com o mesmo sexo, carregado de inúmeros estigmas e preconceitos, considerada como anormalidade, desajuste e patologia dentro dos padrões estabelecidos.

A bissexualidade é caracterizada pela atração tanto pelo sexo oposto quanto por pessoas do seu mesmo sexo, sendo muitas vezes incompreendida e julgada pela sociedade por aparentar dubiedade quanto à sexualidade, fato este que não deve ser considerado. Sabe-se que é possível e muito comum indivíduos apresentarem a bissexualidade e que geralmente pelo padrão societário estabelecido é abafado em função do receio de pré-julgamentos.

Constituição da Assistência Social como política pública

Para melhor compreender a Política de Assistência Social como um direito constitucional é necessário realizar um breve resgate histórico de sua trajetória no contexto brasileiro. As primeiras práticas assistencialistas surgiram no âmbito religioso principalmente ligadas a igreja católica com o cunho de benemerência. A partir dos anos 1930, sob o governo Vargas o país abre as portas para a expansão do capitalismo e conseqüentemente para as mazelas deste sistema. O Estado absorveu então a Assistência Social de forma paternalista e mediadora dos conflitos entre capital e trabalho.

A primeira regulação da Assistência Social como parte do sistema de proteção social por parte do Estado surgiu em 1938 quando é instaurado no País o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), tinha como objetivo organizar as práticas de assistenciais com viés clientelista.

A primeira grande instituição de Assistência Social brasileira foi criada em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) tinha a sua frente à Primeira Dama Darcy Vargas juntamente com mulheres influentes da sociedade, marcando o início da prática do “primeiro damismo” na Assistência Social e desta forma, sujeitando-a aos interesses de cada governo vigente com caráter filantrópico e clientelista.

No ano de 1969 a LBA é transformada em fundação e passa a integrar o Ministério do Trabalho e Previdência Social, e, o Estado dá início ao reconhecimento da questão social na concepção de políticas públicas, porém sem deixar de lado o aspecto repressor daquele contexto histórico.

É criada em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e em 1975, os movimentos sociais começam a emergir reivindicando políticas públicas, principalmente na área da saúde e educação, objetivando a incorporação dessas políticas na Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, o Serviço Social também se insere na luta por direitos sociais, juntamente com as Associações dos Servidores da LBA, para que articulassem a incorporação da Assistência Social na Constituição. Com o processo de redemocratização, construiu-se uma nova Constituição Federal em 1988, neste documento está garantido à população o tripé da seguridade social formado por três políticas sociais: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. A Política de Assistência Social está referenciada na Constituição Federal de acordo com os artigos 203 e 204.

A Assistência Social como política para LGBT's

A política de Assistência Social de acordo com o artigo 203 da Constituição Federal, “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuisse com o sistema previdenciário ou não. (YASBECK, 1997, p.13).

Porém, tal política só se consolida e se operacionaliza com a Lei orgânica de Assistência Social (LOAS - 1993) e com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS - 2004) e o Sistema Único de Assistência Social, que estabelecem os parâmetros de atendimento a população e gestão da política. Os serviços de Assistência Social, possuem como público alvo prioritário passível de intervenções famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos foram violados e os vínculos familiares e comunitários estejam fragilizados ou rompidos. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social;

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004)

A proteção social está dividida de duas maneiras no âmbito do Estado de acordo com a PNAS, ela se apresenta como proteção social básica, que acontece nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com caráter preventivo e proativo no que tange aos riscos, vulnerabilidade social e vínculos familiares. Já a proteção social especial se subdivide em duas modalidades, a de média complexidade, que acontece nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que se caracteriza como um serviço especializado como já referido em sua nomenclatura, de atenção aos riscos sociais e pessoais, vulnerabilidade social, fragilidade de vínculos familiares e comunitários e diversas formas de violações de direitos, sua atuação se dá quando já ocorreram tais violações não sendo possível mais o acompanhamento preventivo, a segunda modalidade é a alta complexidade, que acontece nas instituições de acolhimento, quando não se há mais nenhum vínculo familiar e comunitário, e os sujeitos estão expostos a qualquer situação de risco eminente.

Desta forma, a Assistência Social constitui-se como uma política de extrema importância para viabilização de direitos para a população LGBT, com o fortalecimento

de suas ações e potencialidades de seus agentes operacionalizadores, pensando na Assistência Social com um conceito amplo que vai além de mecanismos que subsidiarão meios de sobrevivência baseados na pobreza e miséria; como também, no que tange suas competências e as demandas deste público. Tal segmento apresenta inúmeras violações de direitos, fruto do processo sócio histórico da construção da sociedade, sendo pertencentes, mas não integrados na sociedade como sujeitos de direitos, que exercem e usufruem de cidadania.

Podemos pontuar que a população LGBT apresenta demandas que vão ao encontro com a Política Nacional de Assistência Social, o rompimento e fragilidade de vínculos advindos do preconceito e discriminação no seio familiar, bem como a violência resultante dessas relações, que também vão além dos núcleos familiares sendo reproduzidas nos diversos espaços da comunidade, na qual esse segmento pertence; a estereotipização de identidade de gênero e orientação sexual, como o uso de terminologias preconceituosas que trazem e reproduzem práticas vexatórias de desencontro ao respeito à dignidade humana; a precária ou nulidade de acesso às demais políticas e serviços públicos resultantes de aspectos morais e discriminatórios. A inserção em mercado de trabalho principalmente para o público transexual e travesti é um desafio, faltando condições e opções concretas de manutenção da vida, o que resulta em fragilidade das questões financeiras para manutenção da subsistência.

É de extrema relevância apontar que o conjunto de documentos que constituem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), quase não fazem referências ao público LGBT, se restringindo apenas a termos como orientação sexual e sexualidade, o que não abarca todos os indivíduos deste segmento, como explicitado no item 2.1. Há inúmeras diferenças e particularidades que deveriam ser consideradas nestes documentos. Porém, há de se considerar que PNAS reconhece teoricamente todas as formas de arranjos familiares, reconhecendo o conceito de família para além do nuclear.

Além disso, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT de 2009, definiu eixos estratégicos e diretrizes de incorporação das demandas desta população às diversas políticas públicas intersetoriais, onde a Assistência Social é referenciada consideravelmente, incumbindo ao Estado e a sociedade civil de sua responsabilização perante a situação de vulnerabilidade a qual estão expostos,

promovendo o amplo acesso aos direitos civis, além de ter o objetivo de fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia.

Segundo orientações de tal Plano para a construção de uma Política de Assistência Social que seja abrangente a população LGBT, alguns aspectos devem ser incorporados de acordo com os seguintes eixos estratégicos sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social³:

Tabela 1. Eixo Estratégico I: Promoção e socialização do conhecimento; formação de atores; defesa e proteção dos direitos; sensibilização e mobilização.

| Ação | Prazo |
|--|-----------|
| Reconhecer novos arranjos familiares, tais como as uniões homoparentais e os pares homoafetivos, para fins de aplicação da Política Nacional de Assistência Social. | 2010/2011 |
| Realizar o monitoramento das crianças e jovens que vivem nas ruas, manifestando atributos de gênero dissociados do seu sexo biológico, favorecendo sua proteção especial nos abrigos mantidos pelas secretarias municipais de assistência social. | 2010/2011 |
| Promover capacitação contínua, para combater o estigma e a discriminação de gênero, orientação sexual e racial junto às equipes técnicas e gestoras que atuam especialmente no cotidiano das instituições onde a política nacional de assistência social é implementada: centros municipais, estaduais e distrital de atendimento social, abrigos públicos e não-governamentais para crianças, adolescentes, adultos e idosos, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ONGs e entidades conveniadas. | 2010/2011 |
| Assegurar que a política de assistência social estabeleça interface para a população LGBT, sobretudo em programas de combate à fome e à pobreza. | 2010/2011 |
| Discutir e enfrentar a homofobia, a discriminação de gênero e a racial nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estadual e distrital de assistência social, por meio da sensibilização dos educadores sociais e demais profissionais atuantes em programas da assistência social. | 2010/2011 |

³Atualmente fundido com o Ministério de Agricultura, tendo alteração na nomenclatura para Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)

| | |
|---|-----------|
| Capacitar os/as profissionais das casas de abrigo e apoio à pessoa idosa no que diz respeito às questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. | 2010/2011 |
|---|-----------|

Fonte: Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, 2009.

Tabela 2. Eixo Estratégico II: Promoção da cooperação federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; articulação com outros poderes; cooperação internacional; gestão da implantação sistêmica da política para LGBT.

| Ação | Prazo |
|--|-----------|
| Promover, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, dos governos estaduais e das secretarias estaduais de Assistência e Desenvolvimento Social, a discussão quanto aos direitos dos/das LGBT, junto à construção e implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. | 2010/2011 |
| Garantir apoio psicossocial à população LGBT idosa. | 2010/2011 |
| Estabelecer, especialmente para crianças e jovens, programas sociais de apoio para o enfrentamento à vulnerabilidade oriunda da falta de moradia, da exclusão social, da violência doméstica e outras formas de violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero, implementar planos de apoio e segurança em redes sociais que fortaleçam a participação das organizações LGBT como protagonistas, abrindo espaços para debates sobre políticas urbanas e rurais que incorporem o recorte de orientação sexual e identidade de gênero, dando ênfase às políticas voltadas para a transformação da realidade das travestis. | 2010/2011 |
| Assegurar na política de assistência social interface para a população LGBT, sobretudo em programas de combate à fome e à pobreza. | 2010/2011 |
| Estabelecer políticas de inclusão da população LGBT nos programas de ação e desenvolvimento social, combatendo o estigma e a discriminação a essa população. | 2010/2011 |
| Realizar o monitoramento das crianças e jovens que vivem nas ruas, manifestando atributos de gênero dissociados do seu sexo biológico, favorecendo sua proteção especial nos abrigos mantidos pelas secretarias municipais de assistência social. | 2010/2011 |
| Realizar estudos e pesquisas na área dos direitos e da situação socioeconômica e psicossocial dos adolescentes, jovens e idosos LGBT em situação de rua, em parceria com agências internacionais de cooperação, universidades e com a sociedade civil organizada. | 2010/2011 |

| | |
|--|-----------|
| Garantir, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e do Conselho Nacional de Assistência Social, a inserção do recorte de orientação sexual e identidade de gênero na Política Nacional de Assistência Social a partir das ações de monitoramento e avaliação. | 2010/2011 |
|--|-----------|

Fonte: Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, 2009.

Tais demandas para a Política de Assistência Social e responsabilidades para os entes federados para a atenção ao público LGBT, demonstra a importância de tal política, a qual deve reconhecer as demandas específicas destes usuários.

Coleta, Sistematização e Análise de dados

Para a obtenção de dados deste estudo, adotou-se além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo para obtenção dos objetivos; utilizando a aplicação de questionários para profissionais da proteção social básica e proteção social especial de média complexidade. Esses profissionais atuam na porta de entrada da Política de Assistência Social, no acesso aos serviços e respostas às demandas de todo o público usuário como um todo, onde a população LGBT está incluso. Porém, é importante salientar que apresentam demandas específicas de acordo com as especificidades de suas condições de gênero, identidade e orientação sexual.

Seguindo tal proposta, foi realizada a busca ativa destes profissionais no ambiente de atuação profissional, no lócus dos CRAS e CREAS do município de Volta Redonda, e foram aplicados quatro questionários para profissionais da proteção social básica e o mesmo quantitativo para a proteção social especial, constituídos de assistentes sociais e psicólogos, que hoje são os principais agentes operacionalizadores da Política de Assistência Social no município.

Para realizar a análise dos dados deste estudo foi necessário estabelecer cinco eixos norteadores para uma maior compreensão dos dados obtidos na aplicação dos questionários aos assistentes sociais e psicólogos constituídos de: (a) atendimento, com o intuito de conhecer se em algum momento em seu período de atuação estes profissionais já atenderam pessoas que se caracterizam como pertencentes da população LGBT, (b) demandas, para conhecer quais as principais demandas que este público trouxe para estes profissionais durante os atendimentos (c) capacitação,

verificar se estes profissionais se reconheciam capacitados para dar respostas e atender estes usuários, (d) aproximação com o segmento, para saber se a instituição na qual eles atuam desenvolve mecanismos de aproximação com tal parcela da população e (e) Política de Assistência Social para a população LGBT, por fim analisar por meio do discurso dos próprios entrevistados se estes entendem que tal população se constitui como público alvo para essa política pública.

Atendimento

Com o intuito de obter ainda que superficialmente uma perspectiva do atendimento ao público LGBT pelos profissionais da Assistência Social, foi perguntado se em algum momento durante sua trajetória na referida política social atenderam usuários deste segmento. De acordo com as respostas, foi possível perceber o precário acesso aos serviços, em ambas as modalidades de proteção social. Dos seis questionários aplicados, três profissionais atenderam algum usuário do público LGBT e três nunca atenderam nenhum usuário deste segmento. Vale salientar que aqueles que já atenderam pontuaram que foi apenas um atendimento, um número extremamente baixo em relação aos outros segmentos que são público alvo desta política social.

Profissional 1 - *"Não! Quando eu estava trabalhando em outro equipamento tive contato através de conversa por bate-papo e não como atendimento"*

Profissional 2 - *"Sim, já realizei atendimento com um usuário homossexual."*

Profissional 3 - *"Não, mas é importante salientar que a minha inserção na equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social se dá em apenas 2 meses e 20 dias, ou seja, estou em processo de análise e estudo dos casos concomitante com o acompanhamento familiar de famílias recentemente inseridas no serviço de Proteção e atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos, portanto pode-se surgir entre os casos já referenciados e demandas relacionadas a um usuário do público LGBT"*

Demandas

Todo usuário traz consigo uma demanda. Desta forma foi levado aos profissionais o questionamento em relação às principais demandas que estes usuários levaram até a eles.

Em relação à proteção social básica houve maior incidência as questões relacionadas ao preconceito e a discriminação por decorrência de orientação sexual, além de terem sido também mencionadas questões como o desemprego.

Na proteção social especial de média complexidade, assim como na básica o que mais foi destacado foi o preconceito e a discriminação, porém evidenciam especificidades como, violência e sofrimento psicológico, violência física e expulsão de casa por conta da orientação e identidade sexual.

Profissional 2 - *"O usuário chegou até o atendimento técnico trazendo a demanda de que gostaria de participar de determinadas atividades disponibilizadas na unidade, porém sentia receio quanto a sua inclusão no grupo, assim foi possível trabalhar esta questão com o usuário e com os demais participantes, a partir do momento que cuidamos para que todas as diferenças relacionada a orientação sexual ou não, fossem respeitadas não deixando em evidência estas diferenças, mas tratando com naturalidade cada uma delas ressaltando que neste caso conseguimos retorno positivo não apenas durante esses encontros, mas também no relacionamento familiar de tal usuário"*

Profissional 4 - *"Em alguns casos, violência de gênero, em outros pais que não aceitam a orientação sexual dos filhos, o que combina com agressões físicas, psicológicas e até expulsão de casa mesmo sendo adolescentes, a falta de oportunidade e discriminação, leva muitos adolescentes de seguimento à exploração sexual comercial"*

Profissional 5 - *"Atendi um usuário que apresentava sofrimento psicológico em decorrência de sofrer discriminação por orientação sexual no ambiente do trabalho"*

Capacitação

Para um atendimento qualificado e eficaz é necessário ao profissional pleno conhecimento das demandas e especificidades daquele público ao qual ele oferece sua intervenção, com o objetivo de tomar conhecimento sobre tal aspecto foi perguntado aos profissionais se estes se sentem capacitados para além de sua formação acadêmica para atender e dar respostas as demandas do segmento LGBT na Política de Assistência Social.

Os profissionais da proteção social básica pontuaram, que sua formação acadêmica já lhes qualifica para dar atendimento aos usuários de qual segmento social, porém acreditam que seja necessário ir além e se apropriar mais da temática. Assim, como na básica os profissionais de proteção social especial de média complexidade acreditam também que sua formação os qualificam para atender estes usuários, todos acreditam também que devem e necessitam melhor se aprimorarem para maior aprofundamento.

Profissional 1 - *“Acredito que sim. Estive há poucos dias em uma capacitação pela Secretaria que trabalho, e ao decorrer da mesma percebi que a forma da qual poderia vir atender pessoas desse segmento, agiria de forma correta”.*

Profissional 2 - *"Acredito que estaremos sempre em processo de construção buscando estar cada vez mais capacitados e inteirados sobre o assunto, ou seja, estamos de certa forma capacitados pelo que já se sabe através da profissão, mas nós devemos ir além, precisamos conhecer de que maneira lutam e levamos adiante a conscientização sobre o público LGBT, bem como nos envolvemos com os direitos e deveres de crianças e adolescentes, idosos e etc. Levar tais direitos ao conhecimento de todos e para isso penso que estamos caminhando para que possamos fazer dia pós dia um trabalho de ótima qualidade"*

Profissional 3 - *“Sim, pois além da equipe do CREAS ter participado recentemente de uma capacitação com esta temática, acredito que através dos princípios e diretrizes da Política de Assistência Social, leis relacionadas ao trabalho institucional e o Código*

de Ética Profissional, nos tornam capacitados para atender qualquer sujeito independentemente do seu segmento social”.

Profissional 4 - *"Embora durante a formação profissional o assunto tenha sido abordado com menos profundidade do que deveria, sempre procurei leitura sobre universo deste segmento, a sociedade é dinâmica e o profissional de Serviço Social deve estar em constante aprimoramento, recentemente participei da primeira Jornada formativa sobre cidadania LGBT em Volta Redonda que trouxe conhecimentos e esclarecimentos”.*

Profissional 5 - *"Recebemos capacitação sobre o movimento LGBT semana passada e percebi que necessito me aprofundar no assunto”*

Profissional 6 - *“Recentemente a PMVR, organizou uma capacitação destinada a todos os funcionários acerca do tema denominada “Educação Permanente LGBT”. O que enriqueceu muito nosso debate e ampliou nossa visão sobre esse público, desconstruindo determinados preconceitos e conceitos, porém para mim, apenas a formação acadêmica não nos dá base e capacitação para determinadas situações”.*

Aproximação com o segmento

A responsabilidade de criar mecanismos de aproximação com segmentos marginalizados caracteriza-se como uma atribuição das instituições na qual são responsáveis pela gestão e operacionalização da Política de Assistência Social, desta forma foi solicitado aos entrevistados que discorressem sobre tais mecanismos.

Foi possível perceber que quando mencionada a instituição empregadora, os profissionais não se posicionaram em suas respostas. Coincidentemente, a pesquisa foi aplicada um dia após a realização de uma capacitação atendendo à determinação do Ministério Público Federal, e organizada por organizações não governamentais com o fito de capacitar e aproximar os profissionais do setor público do município com a população LGBT. Sendo assim, a grande maioria dos profissionais utilizou tal capacitação como resposta para esta questão, com exceção de apenas dois que

pontuaram que a instituição gestora da política de assistência social não promove meios de aproximação com para com estes usuários, até mencionaram a capacitação, mas ressaltando que é apenas o primeiro passo para essa aproximação, porém a consideram insuficiente.

Profissional 1 - *“A Assistência Social é pra quem dela necessita, acredito que este público conheça os serviços que são ofertados, apesar de não ter atendimento tecnicamente. A Secretaria oferece capacitações, grupos de estudos, etc.”*

Profissional 2 - *“Sim, a instituição na qual trabalho busca nos aproximar do público LGBT por entender que devemos dar voz a esta luta e mostrar que todos temos espaço perante a sociedade, seja qual for a orientação sexual e/ou escolha do indivíduo. Através de capacitações que nos são proporcionadas, é possível além de aprender, nos atualizar quanto as conquistas e processo histórico, e pensarmos ações para levar a discussão adiante e desenvolvê-las no que tange ao serviço da proteção básica”.*

Profissional 3 - *“Não infelizmente entendo o que a população LGBT ainda pode ser considerado socialmente invisível. Ainda temos muito que avançar no trato dessa temática através do Estado e sociedade”.*

Profissional 4 - *“A jornada formativa não deixa de ser um primeiro passo, mas sendo um serviço especializado deveria acontecer outras ações, o indivíduo deste segmento procura o serviço em busca de orientação, mas desconhece que este é um equipamento que poderia atendê-lo, considerando a especificidade, pessoas ou melhor, famílias e indivíduos em situação de risco social, pessoal e vulnerabilidade como diz o Guia de Orientações do CREAS”.*

Profissional 5 - *“Através de capacitação já mencionada”.*

Profissional 6 - *“Desde aquele que iniciei na Instituição não houve mecanismos de aproximação para o público LGBT, porém vale ressaltar que a capacitação citada acima por si só já foi um avanço.”*

Política de Assistência Social para a população LGBT

Entender a quem se destina a Política de Assistência Social se constitui como uma competência primordial para aqueles que a operacionaliza, portanto foi solicitado para que os profissionais baseados em seus conhecimentos pontuassem se a população LGBT se constitui como público alvo de tal política.

Todos, sem exceção afirmaram que o a população LGBT se constitui como público prioritário para a Assistência Social, por decorrência de ser um segmento marginalizado pela sociedade exposto a diversas formas de violação de direitos e pela precária atenção do Estado a este segmento.

Profissional 1- *"Os problemas enfrentados pelo público LGBT em qualquer área como educação, saúde, trabalho e assistência social, tem como fundamento a intolerância e o preconceito, no combate a todos os sentimentos de aversão é uma estratégia fundamental e estruturante do acesso a serviços de qualidade, como mencionado, a Assistência Social e para todos os que dela necessita, o reconhecimento da identidade social é um passo para a garantia de direitos e políticas necessárias para o segmento dentro dos serviços públicos".*

Profissional 2- *"A Política de Assistência Social existe para atender a todo e qualquer cidadão que dela precisar. Desta forma a população LGBT também é considerada público-alvo para tal política, a partir do momento que esta pode proporcionar um caminho para levar ao conhecimento do público seus direitos e deveres, já existentes e leis que foram e estão sendo conquistadas, assim como é feito para os demais grupos inseridos no âmbito da proteção social básica conforme organizada através do SUAS, através de atendimento em grupo e ou individualizado, pode se prevenir qualquer violação destinada a este público através de uma escuta qualificada e orientação, em caso de violência já existentes para pactuar ações intervindo com encaminhamentos necessários".*

Profissional 3 - *"Sim, com base no Guia de Orientações Técnicas do CREAS alguns grupos são particularmente vulneráveis a situações de risco pessoal, social e violação*

de direitos tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBT, mulheres e suas famílias, ou seja, a população LGBT é reconhecida pela Política Nacional de Assistência Social e constitui-se como um público alvo para o atendimento familiar através dos diferentes serviços programas e projetos de baixa, média e alta complexidade correlacionados na Tipificação Nacional de Serviços Sociossistenciais".

Profissional 4 - *"Sofrem violência física, psicológica, são discriminados, muitos acabam se tornando reclusos, o acesso às políticas sociais fica prejudicado por conta do preconceito, estão em vulnerabilidade e risco pessoal, o número de homossexuais assassinados no Brasil é altíssimo e o curioso que nem a mídia consegue estabelecer a diferença baseada no gênero. No centro que atende população de rua, sem capacitação, deve mais revitimizar do que auxiliar este segmento assim como a sociedade, os profissionais ainda são bastante conservadores principalmente considerando a formação religiosa de cada um. A fragilidade dos vínculos familiares e muito séria neste segmento que é um bom número sofre rejeição familiar".*

Profissional 5 - *"Em decorrência de tentar cessar violações de direitos que ocorrem em detrimento de preconceitos advindos da temática".*

Profissional 6 - *"A população LGBT em sua maioria é marginalizada e excluídos pela sociedade e pela família muitas vezes não conseguindo ingressar no mercado de trabalho por conta desse preconceito, restando para esta população o submundo da prostituição e das drogas, o que de certo modo nos fazem entender o porquê do índice de suicídio entre essa população é altíssimo, por conta disso acredito que a população se constitui sim como nosso público-alvo, e nós enquanto trabalhadores do SUAS, devemos fazer o acolhimento da melhor forma possível".*

A priori não estava estabelecida a realização de entrevista gravada e posteriormente transcrita com a coordenação do CREAS, mas no processo de ida a campo para aproximação e busca de dados, ocorreu de forma dinâmica e espontânea a exposição do posicionamento do equipamento especializado de Assistência Social

frente o acesso da população LGBT a aquela instituição, enfoque deste estudo, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Em sua fala relatou de forma clara que realmente a população LGBT não acessa os serviços da Política de Assistência Social no município, principalmente no CREAS, o qual seria um serviço de extrema importância no que tange as violações de direitos as quais estão expostos, visto que tal equipamento oferece ou deveria oferecer atendimento especializado para todo o tipo de usuário em situação de risco pessoal, social e/ou comunitário, e com o perfil de fragilidade das relações familiares e comunitárias.

"Aqui no município de Volta Redonda nós temos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que é o CREAS, é um espaço onde nós atendemos todas as violações de direitos e o público LGBT é um dos nossos usuários, nosso público-alvo, mas a gente percebe que esse público não acessa muitos nossos serviços apesar de já termos falado do que a gente tem aqui em conferências, sobre os serviços que a gente presta e reuniões que temos com os representantes dos LGBT's aqui em Volta Redonda".

"A gente sabe também que a vontade das pessoas que estão envolvidas nessa política de que haja em Volta Redonda um Centro de Referência LGBT, há três anos atrás eu escrevi o projeto e seria instalado na Vila Santa Cecília esse espaço, mas por algumas questões administrativas não foi possível a gente concretizar esse trabalho aqui, mas ainda continua sendo proposta. Eu sei que foi uma das propostas da conferência de que realmente haja esse espaço para atendimento específico para o público LGBT, mas eu quero deixar claro que o CREAS é um espaço para o atendimento também aos LGBT's como para toda e qualquer pessoa que esteja em situação de violação de direitos".

Com o objetivo de maior compreensão e maior obtenção de dados foi necessário também a aproximação com uma das representações do movimento LGBT atuante no município, fato este que ocorreu por meio da realização de entrevista mediante roteiro construído e pensando para conhecer a luta por direitos da população LGBT. Dessa forma foi possível obter as seguintes acepções:

Relação entre a população de Volta Redonda com o Movimento LGBT

"A população LGBT em Volta Redonda é lembrada mais na época da parada LGBT, que o pessoal vai se divertir na festa da diversidade com o público LGBT, mas não tem uma relação boa entre a população LGBT e a cidade. Volta Redonda hoje é uma cidade extremamente conservadora quanto a isso a gente teve que abrir o inquérito para apurar os casos de homofobia na cidade, pois estes casos não eram registrados e eram camuflados pela polícia a gente tem que recorrer ao Ministério Público."

Principais demandas

"A gente tem uma demanda mais da questão de aceitação dos pais, é uma das demandas maiores que nós enfrentamos no município, ano passado a gente teve 16 adolescentes expulsos de casa em Volta Redonda, por causa da não aceitação dos pais, está é a principal demanda hoje, mas questões também como acesso à saúde da população de travestis e transexuais tem uma grande dificuldade, porque existem profissionais que levam seus princípios morais para dentro do serviço e acabam negando atendimento à essa parcela da sociedade e uma coisa que tem aparecido muito é a questão do emprego, o índice de desemprego entre população LGBT é muito grande."

Relação entre a Secretaria de Assistência Social com o movimento LGBT

"É aquela relação assim "o que vocês estão precisando eu vou dar para vocês e pronto", não é aquela relação de diálogo para estar fomentando políticas, para estar fazendo ações em conjunto e quando fazem ações em conjunto é aquela coisa bem camuflada, não tem aquele diálogo necessário mesmo da Secretaria de Assistência Social, ali não se discute direitos é "me fala o que você quer que eu vou te dar."

Expectativas para o futuro, desafios e nova gestão

“É muito difícil principalmente no cenário do estado e âmbito nacional, a extinção da Secretaria de Estado de Assistência Social, muitas Secretarias de Assistência Social dos municípios estão se desfazendo, a secretaria de estado deve ser vinculada à Secretaria de Saúde, então a homossexualidade mais uma vez será vista como doença, um dos principais desafios é lutar pela aprovação da criminalização da LGBTfobia, e o reconhecimento integral da população LGBT nos municípios, que é uma coisa que a gente está trabalhando aqui na região principalmente em Volta Redonda, a gente vai sofrer um retrocesso muito grande, muita coisa que a gente conseguiu agora no final de mandato, que conseguimos avançar para a população LGBT vai se retorcer tudo para trás.”

"Com a próxima gestão é uma questão de trabalhar muito diálogo durante a eleição não houve diálogo com a população LGBT, mesmo a gente tentando vários contatos, acredito que agora durante o mandato não vai ter, mas a gente vai trabalhar porque a gente é resistente e vamos conseguir um diálogo com eles."

Durante a análise dos dados deste estudo foi possível perceber que a grande maioria dos profissionais não realizam acompanhamento sistemático de nenhum indivíduo da população LGBT, o que nos faz pensar sobre o precário acesso desta parcela da população não somente a Política de Assistência Social mas como a Política de Saúde, Educação e Previdência Social.

Segundo Dallari:

O primeiro passo para se chegar à plena proteção dos direitos é informar e conscientizar as pessoas sobre a existência de seus direitos e a necessidade de defendê-los. Com efeito, quando alguém não sabe que tem um direito ou dispõe apenas de informações vagas e imprecisas sobre ele, é pouco provável que venha a tomar alguma atitude de defesa desse direito ou que vise à sua aplicação prática. (DALLARI, 2004, p.97)

Levando em conta essa discussão, foi possível perceber que apesar de realizar capacitações a gestão da Política de Assistência Social, não fornece meio de aproximação com este público e suas demandas, visto que estas capacitações não

são realizadas de maneira continuada, para um pleno acesso a tal política é necessário que se realize conforme o autor defende, a ampla divulgação dos direitos e serviços para esta parcela da população, que vem se constituído de forma invisível aos olhos do Estado.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo realizar uma análise sobre a Política de Assistência Social com enfoque no acesso desta pela população LGBT, com o pressuposto de que estes indivíduos não acessam os serviços de proteção social básica e especial de média complexidade. Ressalta-se que esta pesquisa não abarcou a proteção social de alta complexidade.

Desta forma, de acordo com os profissionais que realizam a operacionalização da Política de Assistência Social no município de Volta Redonda, tal hipótese levantada no início deste processo de pesquisa confirmou-se, visto que mediante o comparativo aos demais segmentos sociais abrangidos pela Assistência Social, o público LGBT precariamente acessa seus serviços, considerando que, não possuem conhecimento ou não encontram respostas para suas demandas, visto suas especificidades e falta de capacitação de alguns profissionais que ainda levam questões morais para dentro dos serviços.

Segundo Dallari (2004), um indivíduo para que tenha sua plena cidadania deve ter o acesso ao conjunto de seus direitos, caso contrário, estará sujeito a marginalização e exclusão da vida social e da tomada de decisões. Sendo assim, a importância dos movimentos sociais que buscam por meio de reivindicações o acesso igualitário e equidade aos direitos de diversos segmentos sociais, assim como movimento LGBT tem se constituindo e ganhando força ao longo de sua trajetória no contexto brasileiro.

Foi possível perceber durante a análise dos dados que muitos profissionais não possuem um conhecimento sólido do que seja identidade de gênero e orientação sexual, considerando que em nenhuma das respostas foram mencionados tais termos, o que nos faz questionar sobre as capacitações realizadas. Outro fator que

chamou atenção foi à preocupação com a instituição gestora da Política de Assistência Social no âmbito municipal, pois boa parte dos entrevistados não se posicionou de maneira a questionar a falta de aproximação com a população LGBT. Ainda que este estudo tenha tido em todo o seu processo a preocupação de não prejudicar os entrevistados durante a coleta de dados e preservasse o sigilo de tais informações. Outro fator que prejudicou a análise foi o não preenchimento do campo formação profissional nos questionários de pesquisa, o que poderia ter possibilitado uma análise comparativa sobre a atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos.

A aproximação com a representação do movimento LGBT municipal, foi de extrema importância para conhecer a dinâmica entre políticas públicas e suas reivindicações, bem como algumas demandas que são realidade hoje no município, e suas expectativas em relação ao futuro, já que esta pesquisa foi realizada durante o processo de transição do governo municipal.

Portanto, este estudo chega ao seu fim com mais questionamentos do que respostas no que tange a real preocupação do Estado em trazer para si as responsabilidades para com a população LGBT, visto que são poucas as conquistas em detrimento de inúmeras violações de direitos. Nos traz o questionamento se efetivamente existe a Proteção Social para este segmento social.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2004.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT**. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos 2009.

CASSEMIRO. Luiza. Tenho direito de ser “Amado”: **As trajetórias de travestis e transexuais face à implementação das políticas públicas de Assistência Social e Saúde**. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0812003_10_Indice.html> Acesso em: set. 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2º Ed., São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

FRANK, André Gunder. FUENTES, Marta. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200003> Acesso em: jun. 2016.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: Como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e sexualidade**. Disponível em: <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/livros-artigos-e-publicacoes/artigos/>> Acesso em: nov. 2016.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PRATA, Marcelo. **A discriminação contra os homossexuais e os movimentos em defesa de seus direitos**. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13134@1> Acesso em: set. 2016.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YASBECK, Maria Carmelita. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social**. Cadernos ABONG, n. 19. Out. 1997.